



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RACIONALIDADE NEOLIBERAL: NOTAS SOBRE O SUJEITO EMPRESARIAL

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo¹
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo apresenta uma breve reflexão acerca das transformações sócio-metabólicas oriundas da reestruturação produtiva do capital. Partimos da premissa de que a transmutação do regime fordista para o conteúdo flexível do Toyotismo não só alterou a dinâmica produtiva, como também intensificou a fluidez em raciocínios centrados na competitividade, característicos da governamentalidade neoliberal, circunstância hegemônica no período atual. O objetivo do trabalho é analisar a aproximação entre a semântica da flexibilidade e a captura da subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras que, cada vez mais precarizados, experimentam os sentidos da concorrência entre as empresas deslocada à própria condição humana, processo de subjetivação que Dardot e Laval (2016) denominam “sujeito empresarial”.

Palavras-chave: Relações de trabalho; Neoliberalismo; Subjetividade; Precarização;

PRODUCTIVE RESTRUCTURING AND NEOLIBERAL RATIONALITY: NOTES ON THE ENTREPRENEURIAL SUBJECT

Abstract. This article presents a brief reflection on the socio-metabolic transformations arising from the productive restructuring of capital. We start from the premise that the transmutation of the Fordist regime for the flexible content of Toyotism not only altered the productive dynamics, but also intensified the fluidity in reasoning centered on competitiveness, characteristic of neoliberal governmentality, hegemonic circumstance in the current period. The aim of the paper is to analyze the approximation between the semantics of flexibility and the capture of the subjectivity of male and female workers who, increasingly precarious, experience the meanings of competition between companies displaced to the human condition itself, a process of subjectivation that Dardot and Laval (2016) call "business subject".

Keywords: Labor Relations; Neoliberalism; Subjectivity; Precarization

Resumen. Este artículo presenta una breve reflexión sobre las transformaciones sociometabólicas derivadas de la reestructuración productiva del capital. Partimos de la premisa de que la transmutación del régimen fordista por el contenido flexible del toyotismo no sólo alteró la dinámica productiva, sino que intensificó la fluidez en los razonamientos centrados en la competitividad, característica de la gubernamentalidad neoliberal, circunstancia hegemónica en

¹ Doutorando em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: felipetaumaturgo2@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-5952-4675

el período actual. El objetivo del trabajo es analizar la aproximación entre la semántica de la flexibilidad y la captación de la subjetividad de los trabajadores y trabajadoras que, cada vez más precarizados, experimentan los significados de la competencia entre empresas desplazados a la propia condición humana, un proceso de subjetivación que Dardot y Laval (2016) denominan "sujeto empresarial".

Palabras clave: Relaciones laborales; Neoliberalismo; Subjetividad; Precarización;

Introdução

A deflagração da crise fordista nos anos 1960 alavancou uma série de transformações explícitas na dinâmica produtiva global (ALVES, 2017). Os rebatimentos deste processo foram evidenciados em diversas perspectivas que emergem enquanto interesse político e teórico para diferentes campos do conhecimento. Apesar da larga produção, acreditamos na possibilidade de contornar alguns aspectos elementares do tema, circunstâncias mais globais no que tange à escala de análise, mas que se refletem de maneira lancinante em caracterizações mais específicas.

Em nossa leitura, uma proposta possível seria certa aproximação aos impactos da transição entre o fordismo e o regime de acumulação flexível em uma perspectiva mais próxima do trabalho. No caso, pensá-lo enquanto produto elementar das transformações sociais, políticas e econômicas da transição do padrão fordista a um modelo mais flexível e que, no que diz respeito a este crivo, se consolida com maior grau de precarização. Esta possibilidade reúne elementos profícuos para o debate, sobretudo na construção de um alinhamento mais preocupado com os efeitos psíquicos desta grande metamorfose, além de uma melhor localização histórica para a reflexão.

Na tentativa de uma contextualização histórica e espacial, Giovani Alves (2007) apresenta que as novidades do caráter toyotista, em um primeiro momento, não se realizaram de maneira homogênea. No que tange à abrangência, houve predomínio em espaços específicos do mundo, com destaque para empresas e indústrias de países como os EUA, o Japão e alguns membros da União Europeia. Para o autor, o processo de alastramento do modelo flexível perpassa por três blocos interiores à acumulação capitalista, que estão permanentemente associados: as inovações organizacionais, as inovações tecnológicas e as inovações sócio-metabólicas. Portanto, o objetivo deste trabalho será a análise deste trio de elementos, destacando o “momento predominante” que fundamenta a proeminência da lógica toyotista de produção em relação ao fordismo, a partir do fenômeno da “captura de subjetividade” dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo mais flexível, na compreensão de que a reestruturação produtiva do capital apresenta um elo de retroalimentação com a racionalidade neoliberal, esta

que produz os sentidos mais abrangentes das relações sociais do período atual (ALVES, 2007).

O artigo se divide em três partes fundamentais: a primeira se inclina ao exame da categoria reestruturação, desde seus sentidos etimológicos até os rebatimentos escalares que fundamentaram a importância desta dimensão para pensar a realidade de trabalhadores, reconhecendo a necessária valorização de um arquétipo metodológico que priorize a categoria processo a partir de uma totalidade aberta; o segundo momento está associado ao debate da ideia de precarização, compreendendo que a reestruturação produtiva constitutiva do regime pós-fordista impactou a dinâmica dos trabalhadores, estes deslocados à terceirização, à subcontratação e à fragmentação dos sindicatos; a última e terceira parte segue a argumentação preocupada com as intensas transformações da vida social oriundas do regime de acumulação flexível, expondo um olhar mais atento à produção de um novo sujeito da época atual (DARDOT e LAVAL, 2016), muitas vezes orientado por elementos competitivos que eram visíveis apenas na competição entre empresas.

“Não se diga que é parte sendo todo...”: a noção de totalidade em meio à transição

De acordo com a preocupação etimológica da geógrafa Sandra Lencioni (1998), a noção de reestruturação apresenta nascituro no sentido de construir, portanto, reestruturar-se significaria estruturar-se mais uma vez. Segundo a autora, esta categoria foi ampliada no século XVII, se constituindo não só enquanto *modus operandi* necessário a um uso cotidiano e rotineiro, mas como caracterização profícua para a compreensão do real. Mesmo assim, apenas no século XIX esta palavra reuniria contornos mais próximos aos que se têm hoje no ramo das ciências humanas.

No século atual passou a ser o centro de uma forma de pensamento, ou seja, se tornou a noção central do estruturalismo. O estruturalismo se inspirou na noção de estrutura do lingüista Ferdinand Saussure (1857-1913). Na sua concepção, a língua, como um dado social, é que estrutura a palavra individual. A palavra tem, portanto, um significado que é dado socialmente a partir de um sistema de referência que é a língua. A língua se constitui, assim, num sistema em que os signos se colocam uns em relação aos outros, tendo a língua a função de

organizar a relação entre a forma sonora e o significado que essa forma tem. (LENCIONI, 1998, p. 1).

Este ponto de partida inaugurou o campo estruturalista, uma composição interessante para o entendimento da vida, mas com importantes ressalvas, como lembra Lencioni (1998). No entendimento da geógrafa, concordando com a crítica historicista, a organização estruturalista concebeu a noção de estrutura por meio de uma totalidade fechada, em um movimento de soma das partes do todo, o que segundo a autora se consolidou enquanto um problema teórico. Nas linhas de Lencioni:

Essa formulação separa a unidade todo-parte, fazendo crer que ora existem as partes e, depois, o todo, ou, inversamente, existe o todo e depois as partes. Mais do que isso, é formulada em termos de causa e efeito, exprimindo uma maneira incompleta e unilateral de perceber a relação entre o todo e as partes, não enxergando o movimento proveniente da ação recíproca entre eles que permitiria esclarecer a ambos (1998, p. 1).

Na esteira de Henri Lefebvre (1955), Lencioni (2017) propõe que esta composição teórica, indiferente ao movimento e a ação entre as partes que compõem o todo, significariam uma totalidade fechada em uma dinâmica circular, onde cada círculo se excluiria da possibilidade de interação com os outros círculos. Em uma outra compreensão, esta, aberta e em movimento, haveria a possibilidade de conexão e interação entre as partes, estas não necessariamente uma soma, como criticamente previsto pela autora, mas enquanto um ente em movimento espiral. A primeira compreensão, circular e sistêmica, se aproxima do problema teórico presente na dinâmica estruturalista, enquanto a segunda, aberta às exterioridades, consolida a projeção do real a partir da lógica dialética, fundamental para a caracterização das diversas potencialidades da noção de reestruturação.

A perspectiva de análise relacionada à concepção de totalidade como uma totalidade aberta e em movimento considera as relações causais como condicionantes, uma vez que existem em nexos com outras vinculações menos essenciais, não sendo absolutas e independentes umas das outras. Dizendo de outra maneira, causa e efeito são momentos de interdependência universal, e só a perspectiva de análise que entende a totalidade como aberta e em movimento pode compreendê-los em sua dimensão de condicionantes, sem tomá-los de modo absoluto, de modo completo (LENCIONI, 2017, p. 14).

Na preocupação do geógrafo Alvaro Ferreira sobre o que denomina “holograma social”, a totalidade recebe contornos elementares para imaginar o

conteúdo presente e ausente no desenvolvimento do mundo da vida. Para ele, também concordando com Lefebvre (1955):

Utilizando-se da noção de totalidade aberta, acredita que o imediato, fenômeno ou fato, não se basta, pois é apenas manifestação, aparência. É preciso ir além e descobrir o que está oculto nele (2003, p.12).

E é exatamente nessa busca pelo que está além que estipulamos nossa inquietação em relação à totalidade para a reflexão crítica acerca da noção de estrutura, e principalmente, de reestruturação. Como a proposta se inclina também ao trabalho, o “ir além” lembrado por Ferreira, em nossa leitura, identifica a reestruturação produtiva enquanto dinâmica que transcorre todo o tecido social, de maneira generalizada e interdependente. Em espiral.

O movimento do pensamento, característico desta totalidade aberta, deve circundar qualquer proposta que se compreenda crítica em relação ao conteúdo da reestruturação. Para Juliana Luquez:

As distorções e defasagens entre os níveis da realidade estudada não devem comprometer a complexidade do todo e sim apontar, com responsabilidade crítica, os diferentes contextos da realidade e não desassociá-los do processo” (2016, p. 3).

Este bojo analítico conectado e interdependente ao processo se consolida enquanto nascituro de possibilidades, tanto em sentidos espaciais, como lembrado pela autora, mas também no que se refere às transformações do mundo do trabalho, alinhamento mais próximo dos objetivos deste artigo.

De acordo com Alves (2007), a produção capitalista promove, há pelo menos duzentos anos, transformações substantivas no mundo do trabalho por meio de pujantes processos de reestruturação produtiva. A nível de exemplo, no século XX, momento característico do capitalismo industrial, as metamorfoses oriundas da reestruturação produtiva do capital se deram em torno do modo de produção fordista. Nas linhas do autor:

Foi um longo processo de mutações sócio-organizacionais e tecnológicas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços. Fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se “modelos produtivos” do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado (ALVES, 2007, p. 155-156).

David Harvey (1992) considera a caracterização fordista como um modelo que se consolidou pela abrangência de uma série de tendências anteriores. Segundo o autor, a organização corporativa dos negócios e a racionalização do trabalho a partir de uma posição fixa do empregado já eram propostas minimamente estabelecidas pelos setores produtivos, a primeira um movimento aperfeiçoado pelas estradas de ferro e pela formação dos cartéis do final do século XIX, e a segunda sendo difundida pela dinâmica taylorista, fundamentada também a partir de experiências do final do século anterior. De acordo com o geógrafo inglês, o que havia de inovador e elementar no regime fordista era a perspectiva da massificação da produção que culminaria em certa massificação do consumo, atingindo até mesmo o psiquismo do trabalhador, conteúdo que se reverberaria por toda a sociedade, na conformação de uma nova ordem subjetiva.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p. 121).

Desde Gramsci, Harvey levanta um certo questionamento acerca da maturação do fordismo enquanto regime de acumulação devidamente estabilizado. Uma série de questões que envolviam a dinâmica do desenvolvimento da sociedade naquele período histórico (como a Grande Depressão e posteriormente a Segunda Guerra Mundial), e principalmente o Estado emergiram enquanto potenciais articulações no entendimento das interrogações promulgadas por Harvey. Alguns grandes impedimentos são lembrados por ele, com destaque para a dinâmica maçante do trabalho serial e o mecanismo de participação do Estado no processo produtivo. Nas palavras do autor:

Para começar, o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do sistema produtivo (...). A segunda barreira importante a ser enfrentada estava nos modos e mecanismos de intervenção estatal. Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de

30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado (HARVEY, 1992, p. 123-124).

Ainda de acordo com Harvey (1992), o impasse relativo ao Estado só será resolvido após 1945, momento em que o fordismo adquire a maturação para reunir os elementos necessários à acumulação capitalista. Neste período houve intensa associação entre o ritmo rotinizado fordista e o modelo keynesiano no plano econômico, promovendo uma certa generalização de sua lógica, inclusive às nações recentemente descolonizadas e países mais pobres do Sul Global, lógica que perdurou pelo menos até 1973, com a grande crise do petróleo e o advento do laboratório neoliberal chileno.

Sobre as transformações do trabalho: o toyotismo e o precariado

A dinâmica de reestruturação produtiva do regime massificado fordista ao modelo de acumulação flexível representou cicatrizes profundas na perspectiva que se refere ao trabalho, mas também significou alguns dilemas à produção teórica² acerca de diferentes temáticas que margeavam a questão da transição. Harvey (1992) propõe a necessidade de “teorizar a transição” e segmenta sua análise a partir de algumas bibliografias fundamentais, como Halal (1986), Lash e Urry (1987) e Swyngedouw (1986), expondo maior concordância com o último, que centraliza sua proposta nas transformações produtivas e nos novos processos de organização industrial. Talvez a grande virtude de Harvey na preferência dada à leitura de Swyngedouw seja a consolidação do alinhamento marxista na crítica à economia política, ao entender que o regime flexível é, impreterivelmente, uma manifestação do movimento de acumulação do capital. O geógrafo inglês identifica três características elementares do capitalismo:

1. O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada.

² As intensas metamorfoses da dinâmica do capital significaram certa dificuldade para elucubrações teóricas em diversos campos do conhecimento, mas principalmente ramos em que existe maior preocupação com aspectos econômicos. Para Harvey (1992), keynesianos, monetaristas e marxistas sofreram neste momento.

2. O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho e na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo.
3. O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca do lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e no controle do trabalho (HARVEY, 1992, p. 166-169).

“Crescimento”, “exploração do trabalho” e a “dinâmica da luta de classes” são estruturados por Harvey enquanto materialização do capitalismo, lógica proeminente na dinâmica que envolve a consolidação flexível pós- crise fordista. Como proposto de maneira introdutória, a nossa perspectiva se inclina à compreensão das mutações do trabalho nesse período de maturação flexível, portanto, o ligeiro escrutínio anterior da proposta de Harvey parece imprescindível para o futuro do texto, principalmente para uma análise mais profunda do toyotismo.

O modelo flexível que fundamenta a reestruturação produtiva do capital, forjado na crise da massificação fordista, tem seu nascituro no Japão dos anos 50, muito embora sua mundialização só tenha se dado nos anos 80. Segundo Alves (2007), desde então há certo alastramento de uma lógica que estava restrita aos olhos do oriente, mas que se generaliza enquanto categoria universal da reprodução capitalista, englobando não só aspectos da realidade do lugar, mas elementos que tangenciam diferentes escalas, setores e empresas. O toyotismo, para o autor:

(...) implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o *just-in-time/kanban* ou o *kaizen*, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento proativo do operário ou empregado (como salientamos, o nexo essencial do toyotismo é a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital) (ALVES, 2007, p. 158).

A captura da subjetividade enunciada pelo sociólogo brasileiro se soma ao “engajamento estimulado do trabalho” (ALVES, 2007, p. 159), lógica que fundamenta as demandas de fluidez e flexibilidade para a reorganização da atividade produtiva, levando a cabo uma série de programas de gerenciamento do

trabalho e controle de qualidade da produção, além do já citado *just-in-time* na preocupação com a demanda, e até mesmo o fortalecimento do discurso de flexibilização salarial e terceirização (ALVES, 1999; 2007).

Chama atenção a influência desta perspectiva nos espaços e relações distantes da dinâmica produtiva, ao compreender sua incursão na própria conformação do tecido social, transformando a lógica da competitividade em uma regra generalizada que se entranha nas relações sociais. É a transformação dos trabalhadores em colaboradores, como salienta Alves (2007), uma colaboração que se dá em relação à empresa, embora não aos outros colegas de trabalho. Esta captura da subjetividade é uma armadilha invasiva que condiciona a vida de trabalhadores aos ganhos de capital pelo gerenciamento produtivo, e que manipulam “suas crenças, sua interioridade e sua personalidade” (ALVES, 2007, p. 159).

As metamorfoses do trabalho rebatidas pela reestruturação produtiva apresentam atravessamentos interessantes quando a discussão se inclina a algumas escalas mais específicas. De início, vale ressaltar que a reestruturação, em linhas gerais, intensificou a precarização. No caso brasileiro e de outros países americanos, por exemplo, a categoria trabalho deve ser tangenciada por uma matriz histórico-genética que inclui processos de longa duração, sendo o fantasma colonial, permeado pela escravidão, uma estrutura extremamente profícua a ser debatida. Alves (2007) propõe essa lembrança, estabelecendo conexões históricas com um período em que a materialização do capital se dava sobretudo através da expropriação territorial e da exploração do trabalho vivo.

Uma das determinações estruturais do modo de produção e reprodução capitalista é a constituição sistêmica, a partir de processos de precarização do trabalho vivo, de formas históricas de precariedade social. A principal forma histórica de precariedade social é o sistema do trabalho assalariado que predomina nas sociedades burguesas há séculos. Desde o século XVI o capitalismo moderno têm ampliado as condições de precariedade social de homens e mulheres despossuídos da propriedade dos meios de produção da vida material. A expansão do modo de reprodução sócio-metabólica do capital significou a constituição ampliada de uma superpopulação relativa, totalmente à mercê da lógica do mercado (ou do que Polanyi caracterizou como sendo um “moinho satânico”) (ALVES, 2007, p. 111).

A partir da generalização toyotista, a prerrogativa da precarização também foi transformada, já que:

Se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho (ALVES, 2007, p. 114).

Portanto, condizente com a atividade indispensável ao giro de capital enunciada por Harvey (1992) e necessariamente vinculada às manifestações características do momento posterior aos anos 80, em que a mundialização do capital foi amparada por esta lógica fluida e flexível, o que se reverberou também na dinâmica de luta de classes.

Ricardo Antunes (2018), outro importante sociólogo brasileiro debruçado acerca do trabalho, destaca que nas quatro últimas décadas o capitalismo mundial foi estruturado a partir da precarização do trabalho. Por se tratar de uma produção mais recente, Antunes consegue tangenciar elementos não presentes em Alves (2007), muito embora sejam abordagens complementares. Sobre o período atual, categorizado pela proeminência da governamentalidade neoliberal, o autor é taxativo:

Trata-se de uma hegemonia da “lógica financeira” que, para além de sua dimensão econômica, atinge todos os âmbitos da vida social, dando um novo conteúdo aos modos de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, na efemeridade e na descartabilidade sem limites. É a lógica do curto prazo, que incentiva a “permanente inovação” no campo da tecnologia, dos novos produtos financeiros e da força de trabalho, tornando obsoletos e descartáveis os homens e mulheres que trabalham (ANTUNES, 2018, p. 156).

Um elemento imprescindível na crítica de Antunes (2018) se dá pela ampla demanda de terceirização presente no ramo toyotista. Na transição do “homem-máquina” forjado na verticalidade fordista para o trabalhador flexível e potencial realizador de diversas atividades, prevalece a prerrogativa horizontal do método produtivo flexível, em que apenas uma pequena parte da produção é realizada no espaço da indústria. “Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por apenas 25%” (ANTUNES, 2018, p. 159). Esta espacialização horizontal está condicionada a outro processo intrínseco à precarização, e por conseguinte, à reestruturação, que é a terceirização do trabalho, não só das atividades-meio, mas também das atividades-fim.

No caso brasileiro, exemplo empírico de Antunes (2018), a precarização parece sinônimo de terceirização, mesmo com legislações que, em uma primeira aproximação, seriam impeditivas à terceirização de atividades-fim. Um dos sintomas mediados pelo sociólogo foi a análise quantitativa entre o número de empregados diretamente e os contratados via terceirização, como no petrolífero, na construção civil, na indústria química e no setor de eletricidade. Não nos cabe o aprofundamento acerca de cada um dos setores, como faz Antunes, mas parece indispensável reconhecer a vulnerabilidade e insegurança destes trabalhadores subcontratados/terceirizados, além das diferenças salariais entre estes e empregados diretos.

Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controladora que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos (ANTUNES, 2018, p. 167).

O grande mérito do texto de Antunes (2018), também já presente em Alves (2007), é a tentativa por tangenciar a carga de transformação mental e subjetiva do trabalhador precarizado, especialmente dos terceirizados. O individualismo, mas principalmente a descartabilidade do indivíduo, o aprisionam em um sentido pleno de desvalorização. Isto se soma ao desmantelamento das forças sindicais, dificultando certa aptidão à luta política e à solidariedade. O precariado, condicionado pela materialização das transformações da produção é enquadrado em uma ótica sem limites da exploração de sua força de trabalho, e como lembra Antunes (2018, p. 167), também da sua exploração enquanto mercadoria. Acrescentaríamos que, além desta perspectiva, o período atual preserva a projeção do trabalhador subempregado (e até mesmo os “bem” empregados) como um empreendedor de si, como exposto na próxima seção do trabalho.

Sobre o sujeito empresarial: o “momento predominante” da racionalidade neoliberal

Para Alves (2007), a grande virada toyotista reside na conquista psíquica do empregado em meio à condição produtiva. Se na rotina fordista a construção imagética do trabalho se pautava pela dinâmica maçante do ritmo contínuo, na caracterização flexível o precariado precisa atender às necessidades contemplativas de uma organização mais fluida, o que rebate não só no sistema de atribuição de demandas em relação à conformação do produto, mas também se reverbera na própria relação do sujeito com a sua posição social e, principalmente, na busca por maneiras para angariar elementos mais profícuos para competir com outros trabalhadores.

Os círculos de controle de qualidade visam a melhoria da produtividade enquanto valorização da perspectiva cognitiva do trabalho (ANTUNES, 2018), uma compreensão do desenvolvimento produtivo que não prioriza apenas novos arquétipos do ponto de vista tecnológico, mas também condiciona a produção de uma outra racionalidade. Esta realidade, hegemônica no regime empresarial, reconstrói a categoria da alienação em contornos ainda mais complexos, já que o indivíduo cativo pelo trabalho, também deve se tornar uma empresa. É uma transformação de ótica do tecido social que “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 17), uma racionalidade sustentada pela generalização da concorrência empresarial atribuída aos sujeitos.

A noção de racionalidade, para Dardot e Laval, é instrumentalizada a partir de Foucault (1999) na sua forma de “racionalidade política”, uma associação importante para compreensão da categoria “governamentalidade”, um entendimento preciso na ótica de um indivíduo preocupado com o governo de outros indivíduos, mas mais do que isso, um governo que além de poder representar o controle do outro, também remete ao controle de si. “Assim, governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem *para consigo mesmo* quanto aquela que se tem para com os outros” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 18).

Na teoria de Foucault (2008), a compreensão das tecnologias de poder no âmbito externo tem como “exterioridade” estruturante a figura do Estado. Junto disso, no impulso de método que reivindica o “passar por trás” das instituições, bem

como pode ser feito com o Estado, cabe reconhecê-lo em outras circunstâncias, como no asilo, no hospital, na terapia etc. Neste sentido, o autor ressalta um cuidado, já que para ele, “nenhum método deve ser, em si, uma meta” (FOUCAULT, 2008, p. 160). Sendo assim, o debate sobre governamentalidade começa a ganhar corpo quando Foucault (2008) lembra do sentido de “governar” em dados materiais. Em uma primeira aproximação, a ideia de governar estaria relacionada ao seguimento de um caminho, ou fazer um indivíduo seguir um caminho. Em outra leitura, o governar estaria apoiado na possibilidade de prover alimento. Por fim, o governo poderia se associar a algum tipo de sustento. Após essa reflexão, o filósofo expõe a semântica do termo também a partir de traços morais: o governar enquanto conduta, como imposição de um regime e o governo de alguém.

Sobre a dinâmica de governo, vale destacar a crítica de Dardot e Laval (2016) à proposta foucaultiana sobre o “dispositivo de eficácia”, que para o par de autores estaria muito mais próximo de um conteúdo da “gestão das mentes” do que do próprio “adestramento dos corpos” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 324-325) tantas vezes colocado pelo filósofo francês. Esta alternância de perspectiva parece um sintoma do período atual, uma realidade que Foucault talvez não tenha conseguido observar por não ter vivido tempo suficiente. De qualquer modo, como também adiantado por Alves (2007) e Antunes (2018), esse novo arquétipo de governo dos homens transmuta o “sujeito produtivo” da indústria em um “sujeito empresarial” ou “neoliberal”.

Com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 15).

Então, é possível escrever que o neoliberalismo não só destrói e obstrui relações de sociabilidade, mas também cria e recria condições e maneiras de fazer a partir dos seus sentidos. Em leitura muito próxima a dos autores franceses, compreendendo a dinâmica toyotista enquanto característica intrínseca ao contingente neoliberal, Alves (2007) destaca:

Na medida em que a política neoliberal significou a corrosão da esfera pública e a vigência dos valores mercantis e do individualismo de mercado, ela contribuiu para a precarização da reprodução social. Ao dizermos que o nexos essencial do modo toyotista de organização do trabalho capitalista é a “captura” da subjetividade do trabalhador assalariado, salientamos, mais do que nunca, por um lado, os laços

orgânicos entre a instância da produção e a instância da reprodução social e, por outro lado, a exacerbação da manipulação social pelos valores de mercado, a ocultação das contradições sociais pela ideologia do autoempreendedorismo, a “colonização” da vida social pelos valores-fetiches que impregnam a nova pedagogia empresarial (p. 190).

A realidade do período atual conserva a volatilidade da estrutura social à medida que transforma a dinâmica produtiva. No caso, mais do que condicionar a aptidão física, psíquica e intelectual à nova realidade do trabalho, o modelo empresarial invade o cotidiano. De acordo com Alves, além das transformações tecnológicas e organizacionais da reestruturação produtiva, a razão neoliberal associada ao toyotismo implica em metamorfoses sócio-metabólicas, (...) o que significa a constituição de novos *cluster* de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. É através das práticas sócio-metabólicas que se constitui a subjetividade humana” (2007, p. 190). Na perspectiva do autor, estas práticas não conservam um sistema simples, mas hiper-complexo. Se enquadra em um “sócio-metabolismo da barbárie” (ALVES, 2007, p. 190), envolvendo deterioração das relações de solidariedade, precarização do trabalho e a assimilação da competitividade enquanto causa e consequência das práticas sociais.

Enfim, o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório, constituído por um jogo de simulações, articulando mecanismos de coerção e de consentimento, que se interage com uma teia de manipulação que perpassa não apenas o local de trabalho, mas as instâncias da reprodução social. Além disso, o processo de “captura” como inovação sócio-metabólica do capital tende a dilacerar/estressar não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual, dilaceramento que se manifesta através de sintomas de doenças psicossomáticas que atingem o trabalhador. Por outro lado, cabe se interrogar: por que os homens e mulheres que trabalham, “colaboram” e até que ponto eles “colaboram” com a empresa? Quais as múltiplas nuances do jogo do “consentimento”, “colaboração” e “engajamento” pessoal? (ALVES, 2007, p. 188).

A transmutação da subjetividade a partir das práticas sócio-metabólicas representam a que talvez seja a mais importante dimensão da reestruturação produtiva do capital, já que o contexto psíquico é afetado de maneira dilacerante, o que obviamente reverberará no “adestramento dos corpos”, como escreveram Dardot e Laval (2016) a partir do complemento a Foucault (2008). Por mais que estes últimos não tratam necessariamente acerca do termo “sócio-metabolismo” na construção de suas postulações, a carga de subjetividade inebriada pela

flexibilidade toyotista se torna um elemento central, como visto na já apresentada ideia de governo. Mas é dentro desta perspectiva da governamentalidade que as abordagens de linha foucaultiana e a crítica oriunda da sociologia do trabalho podem ser mais bem associadas.

Dardot e Laval (2016) não só sinalizam a necessidade de aprofundamento na concepção de “racionalidade” de Foucault, mas também indicam que o caminho mais profícuo para um certo acirramento da crítica ao neoliberalismo e à empresa pessoal deveria se assentar na alienação proveniente da própria crença do indivíduo em não ser alienado. Para os autores, a governamentalidade neoliberal se aproxima de um certo alinhamento “lacaniano” (p. 327), em que “(...) o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito” (idem). Neste modelo faz-se crer que não existe uma alienação como aquela caracterizada pela rotina repetitiva do modelo fordista, uma circunstância que formava “sujeitos industriais”. O conteúdo alienante dos últimos quarenta anos e, muito possivelmente, das próximas décadas, depende da incorporação imediata do discurso neoliberal em que o sujeito deve estar estimulado para maximizar seus resultados e conseguir competir com um Outro.

Considerações finais

A proposta do trabalho envolvia a associação entre as transformações provenientes do pós-crise fordista, que se alastrou pelo planeta na segunda metade do século XX e culminou na mundialização do regime de acumulação flexível amparado pelo Toyotismo, junto da racionalidade neoliberal em meio às mudanças relativas ao trabalho, sobretudo pelas metamorfoses psíquicas embutidas nesta nova dinâmica da reprodução do capital.

No que tange ao preenchimento de lacunas teórico-conceituais, a primeira parte do texto prezou por um necessário acúmulo mediado pela abordagem dialética nos contornos relativos ao movimento do capital e da história, com o profícuo sustento da totalidade aberta proposta por Lefebvre (1955) e tão bem defendida por Lencioni (1998) e Ferreira (2003), com a valorização do sentido dos processos na conformação da realidade. Este entendimento, também lembrado por

Luquez (2016), denota a responsabilidade de uma abordagem que parte prioritariamente do real, retorna à teoria, mas como sinaliza Ferreira (2003), pode ir além.

O enaltecimento do processo enquanto categoria atravessa toda a leitura para o trabalho, e na busca por contextos que privilegiam a perspectiva adotada, destacamos a transição do regime fordista para o arquétipo flexível, em diálogo com a concepção do precariado enquanto grupo evidentemente aprisionado a partir da carga intensa de transformações da nova dinâmica produtiva. Este período de transformações terá, no potencial da fluidez, um horizonte profícuo na caracterização de regimes ainda mais problemáticos no que se refere ao trabalho. É a partir da lógica privatista e flexível, dotada de instrumentos inóspitos à realidade do empregado (e do subcontratado), que se assenta a reestruturação produtiva do capital. Insalubridade, cortes de salários, fim de benefícios e terceirizações generalizadas dão a tônica no mundo do trabalho (ANTUNES, 2018), lógica que também se penetra na caracterização psíquica.

Neste bojo, pensar o sentido psíquico emerge enquanto último potentado importante para a discussão. A inspiração foucaultiana de Dardot e Laval (2016) para construir a crítica à noção da governamentalidade neoliberal parece um acréscimo valioso à teorização, esta que esbarra muito mais intensamente em um corte de linha marxista. E a partir desta tentativa de aproximar campos para o entendimento da racionalidade neoliberal, produto e produtora do conteúdo relativo à reestruturação produtiva, chegamos à compreensão das imagens construtoras de um novo sujeito do já esgarçado tecido social. Este novo homem é soerguido pela lógica empresarial do capitalismo concorrencial, tendo sua realidade transformada em mercadoria, uma compreensão já existente em outros momentos históricos, mas nunca com esta carga de competências e habilidades contraditoriamente fundamentais e descartáveis ao mesmo tempo. É um sujeito que desacredita da sua condição de mercadoria e crê na sua valorização enquanto dono de si, um sujeito empresarial, com sua independência forjada pelo sintoma deste governo dos homens que circunda o mundo nas últimas quatro décadas.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. Formas de reestruturação produtiva. In: **Dimensão da reestruturação produtiva: Ensaio da sociologia do trabalho**. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. A precarização do trabalho como regra. In: ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. P. 157-172.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michael. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Aula de 17 de março de 1976).

FOUCAULT, Michael. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Aulas de 11 de janeiro e 8 de fevereiro de 1978).

FERREIRA, Alvaro. A noção de totalidade e o holograma sócio-espacial: uma contribuição teórico-metodológica. **Geo UERJ**, n. 13, p. 7, 2003.

HARVEY, David. Teorizando a transição. In: **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 1992. p. 164-176.

HARVEY, David. O Fordismo. In: **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 1992. p.121-134.

LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. XVIII, p. 55-77. jan./jun. 1955.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998b, p. 1-10.

LENCIONI, Sandra. Totalidade e tríades: compreendendo o pensamento de Lefebvre. In: LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.